



## Observatório de Política Externa Brasileira

### **– Informe de Política Externa Brasileira – Março – 2011**

O Observatório de Política Externa Brasileira (OPEB) é um projeto de informação temático executado pelo Grupo de Estudos de Defesa e Segurança Internacional (GEDES), do Centro de Estudos Latino-americanos (CELA) da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” (UNESP), *campus* de Franca.

Em seu Informe mensal, o Observatório de Política Externa Brasileira destina-se a analisar a cobertura dada pelas revistas semanais *Veja*, *Carta Capital* e pelos jornais *Correio Braziliense*, *Folha de S. Paulo* e *O Estado de S. Paulo*, mais especificamente pelos seus editoriais. Partindo-se do princípio de que esses veículos são formadores de opinião pública e representantes de posicionamentos político-ideológicos distintos, justifica-se verificar qual a visão que divulgam a respeito das ações do governo brasileiro no que tange a sua política externa. A metodologia utilizada para a realização dessa análise será a leitura minuciosa das reportagens e posterior cotejamento das mesmas a fim de identificar as diferentes percepções dessa política de Estado. Em um segundo momento, uma breve análise da conduta brasileira no âmbito internacional será feita à luz das Relações Internacionais.

**Em 2009, o OPEB ganhou prêmio de melhor projeto de extensão na área das Humanidades no V Congresso de Extensão Universitária da UNESP.**

Equipe de redação e revisão:

Coordenação: Profa. Dra. Suzeley Kalil Mathias;

Mestre em História (UNESP, Franca): Tiago Pedro Vales (bolsista FAPESP);  
Mestranda em História (UNESP, Franca): Adriana Suzart de Pádua (bolsista CAPES);  
Mestranda em Relações Internacionais (Santiago Dantas) Camila Cristina Ribeiro Luis

Graduanda em Relações Internacionais (UNESP, Franca): Celeste de Arantes Lazzerini,

Graduandos em Relações Internacionais: Raphael Camargo Lima.



## Observatório de Política Externa Brasileira

Durante o mês de março, de maneira inusual, a Política Externa Brasileira foi objeto de grande atenção por parte dos veículos de comunicação analisados. Por um lado, isto se explica pela ocorrência de acontecimentos de repercussão internacional que movimentaram a opinião pública nacional quanto ao posicionamento externo do Brasil. Por outro lado, a maior atenção que a imprensa brasileira tem despendido sobre a ação externa do Brasil reflete também o crescente interesse da sociedade pela temática da Política Externa Brasileira, antes mais restrita ao executivo, como verificado durante as últimas eleições presidenciais.

Entre os temas abordados estão a visita do presidente norte-americano, Barack Obama, ao país; a assinatura de novos acordos aéreos com os Estados Unidos e União Européia; a comemoração dos 20 anos da assinatura do Tratado de Assunção, que fundou o Mercosul; e as manifestações do governo nas reuniões de organismos das Nações Unidas (ONU), como abster-se de votar na resolução que estabeleceu a zona de exclusão aérea na Líbia e votar a favor do envio de um relator independente ao Irã para verificar as denúncias de violações dos Direitos Humanos no país.

Em grande parte das matérias publicadas pelos periódicos analisados foi possível notar críticas diretas ou indiretas às decisões do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva, seja no que diz respeito ao seu alinhamento a países considerados autocráticos, seja por seu posicionamento no que concerne a questões de direitos humanos, como também pela conduta em relação aos países da região, principalmente a Argentina, a quem o ex-presidente, muitas vezes cedeu em questões comerciais. No entanto, os periódicos parecem ter ignorado o lugar e o papel internacional de maior relevância alcançado pelo Brasil em sua gestão. O país adquiriu *status* de *player* justamente por conta da política multilateral e conciliatória, marca da gestão Lula no que se refere à política externa.

A presidente Dilma Rousseff, por outro lado, foi ovacionada por sua conduta de reaproximação com os Estados Unidos durante a visita do presidente daquele país ao Brasil, bem como pelo aparentemente novo



## Observatório de Política Externa Brasileira

posicionamento brasileiro em questões de direitos humanos nos organismos internacionais da Organização das Nações Unidas (ONU).

Os periódicos sugerem que a nova presidente será a redentora do Brasil após oito anos de caminhos contrários às linhas mestras da diplomacia brasileira. A reavaliação dos interesses nacionais e as decisões pragmáticas tomadas e anunciadas até agora parecem ser, segundo as publicações analisadas, a bússola que reconduzirá o Brasil para a sua política externa tradicional e o recolocará no rol dos países que valorizam a democracia em detrimento de regimes vistos como autoritários.

### **Barack Obama no Brasil**

A visita do presidente estadunidense ao Brasil ocupou espaço significativo nos periódicos analisados no mês de março. Os semanários *Veja* e *Carta Capital*, e vários editoriais dos jornais consultados, destacaram que o novo governo Rousseff pode significar uma nova fase na relação entre os dois países.

A revista *Veja*, em sua seção Carta ao Leitor, trouxe um breve artigo anunciando a visita do presidente norte-americano, Barack Obama, ao Brasil, entre os dias 19 e 20 de março. Segundo a revista, o conturbado cenário internacional por ocasião do terremoto no Japão, dos conflitos internos e da votação para a aprovação de uma zona de exclusão aérea na Líbia, não foram suficientes para levar Obama a desmarcar sua visita à América Latina. Na opinião do periódico, a região e, especialmente o Brasil, constituem o palco de um novo cenário que os Estados Unidos não mais são capazes de ignorar. A revista defendeu que atualmente as negociações entre os países não se resumem às questões de ajuda financeira, mas sim de interesses comuns tanto no campo comercial quanto no geopolítico.

Já a revista *Carta Capital* destacou a agenda acertada pelo ministro das Relações Exteriores, Antonio Patriota, no final de fevereiro, em Washington. Dentre os assuntos a serem tratados por Obama em sua visita à presidente



## Observatório de Política Externa Brasileira

brasileira, Dilma Rousseff, estava o potencial brasileiro de produção de petróleo, considerado como ponto importante de discussão pela Casa Branca. Temas como a abertura comercial e acordos bilaterais envolvendo questões migratórias e o aumento do número de voos entre os dois países também foram elencados.

Do lado do Brasil, o jornal *Folha de S. Paulo*, ao avaliar previamente a visita do presidente estadunidense, considerou a importância de uma agenda de cooperação bilateral que tratasse de questões comerciais. Tais questões incluem a cooperação nas áreas de ciência e tecnologia, incluindo o desenvolvimento de energias renováveis, além do fim das barreiras para a entrada do etanol brasileiro no mercado norte americano. Apesar de ter uma visão um tanto otimista, o periódico reconheceu que a visita de Obama poderia não trazer efeitos imediatos. Ainda assim, aponta que a ocasião é oportuna para iniciar nova parceria estratégica entre os dois Estados.

No que concerne às questões políticas, o jornal havia classificado como improvável o apoio dos Estados Unidos ao objetivo brasileiro de integrar, como membro permanente, o Conselho de Segurança das Nações Unidas (CS-ONU), como fez em relação à Índia, em 2010. De acordo com o diário, a visita de Obama possui, do ponto de vista político e diplomático, mais uma tentativa retomada da relação entre os dois países do que o de uma passagem a patamares inéditos de parceria.

Do mesmo modo, o periódico semanal *Carta Capital* considerou a visita do presidente Obama como uma tentativa de dar novo direcionamento às relações bilaterais entre Brasil e Estados Unidos, abalada, segundo a revista, pelo episódio relativo ao programa nuclear iraniano. Na ocasião, Obama teria incentivado o então presidente brasileiro, Luiz Inácio Lula da Silva, por meio de carta, a negociar com o presidente iraniano, Mahmoud Ahnadjad, sobre o enriquecimento de urânio pelo país persa. No entanto, pouco depois, ignorou o acordo fechado por Irã, Turquia e Brasil. Desde então, as relações entre Brasil e Estados Unidos ficaram estremecidas.



## Observatório de Política Externa Brasileira

Neste contexto, o diário *O Estado de S. Paulo*, avaliou a visita de Barack Obama à Dilma Rousseff como simbolicamente importante, uma vez que inaugura a abertura de uma nova etapa de entendimento político e de parceria econômica benéfica para ambos. Em seu discurso de saudação, em Brasília, Rousseff citou a necessidade de um comércio mais aberto entre os dois países, recordando a conveniência de uma ação conjunta a fim de renovar a ordem econômica e financeira mundial.

O periódico analisou o fato como o recomeço de uma conversa construtiva que havia sido interrompida nos últimos oito anos em razão da mudança de conduta do governo anterior, que trocou o senso prático pela estratégia fantasiosa de inspiração terceiro-mundista e antiamericana. Para o jornal, a nova presidente do Brasil demonstrou sinais de pragmatismo e de compreensão mais madura dos interesses nacionais, resultando no aumento da disposição de Obama em retomar a relação econômica bilateral.

Avaliando este âmbito, o diário levanta a dificuldade de negociar um acordo de livre comércio entre o Mercosul e Estados Unidos, em razão da propensão ao protecionismo demonstrado pela Argentina. Para o jornal *O Estado de S. Paulo*, os governos brasileiro, de Luiz Inácio Lula da Silva, e argentino, de Nestor Kirchner, perderam uma grande oportunidade ao enterrar o projeto da Área de Livre Comércio das Américas (Alca), pois facilitou a realização de acordos bilaterais entre os Estados Unidos e países latino-americanos, bem como abriu o mercado para a China e outros competidores pragmáticos.

Já o jornal *Folha de S. Paulo* avaliou que a visita do presidente estadunidense transcorreu sem destaques ou resultados palpáveis em questões nevrálgicas, como as relações comerciais. Diante da falta de declaração sobre, por exemplo, as sobretaxas ao álcool brasileiro, a presidente brasileira tomou a iniciativa na matéria, falando da crescente importância da China, destacando as barreiras a produtos nacionais e criticando indiretamente as decisões dos Estados Unidos que prejudicam as moedas dos outros países.



## Observatório de Política Externa Brasileira

Entretanto, o diário aponta na mesma direção do jornal *O Estado de S. Paulo* e do semanário *Veja*, para a relevância dada à visita ao Brasil pelo presidente estadunidense. A manutenção da agenda em meio ao auge da crise da Líbia é avaliada como um forte indicador desse fato. Para a *Folha de S. Paulo*, Rousseff teria dado o primeiro passo para esta reaproximação ao criticar a prática de apedrejamento no Irã, mostrando uma correção de rumo na política externa, atitude bem recebida nos Estados Unidos.

Contudo, na visão do diário, a esperada declaração de apreço em relação à pretensão brasileira em obter um assento permanente no CS-ONU, não passou de uma medida condescendente de Barack Obama.

Em última análise, tanto para os jornais *Folha de S. Paulo* e *O Estado de S. Paulo*, a presidente defendeu os interesses do Brasil com pragmatismo, firmeza e elegância. Apesar de demonstrar certa inflexão na condução das relações bilaterais com os Estados Unidos em relação ao seu antecessor, retomando um diálogo mais conciliador, a gestão da presidente Dilma, no que se refere à política externa, permanece condizente com os princípios de universalismo e multilateralismo da diplomacia brasileira. A ênfase na renovação da ordem econômica e financeira mundial e em uma parceria comercial mais equilibrada entre os dois países, considerando, por exemplo, a abertura do mercado norte-americano ao etanol brasileiro, demonstra que a aproximação do atual governo brasileiro com os Estados Unidos não representa complacência, mas sim uma parceria construtiva. Por outro lado, em relação ao episódio da recepção dada ao presidente Obama, o diário considerou que o Itamaraty jamais deveria ter permitido que os ministros de Estado fossem revistados, no território nacional, por oficiais dos Estados Unidos. Tal fato reforçou, ainda mais, a tese do periódico de que são necessárias muitas negociações para azeitar as relações entre os dois países até a ida de Dilma Rousseff ao país norte-americano, no segundo semestre.



## Observatório de Política Externa Brasileira

### **Acordos Aéreos Internacionais**

Ainda durante a visita de Barack Obama ao Brasil, foi assinado um acordo para liberalização do transporte aéreo de passageiros e cargas entre os dois países. O projeto prevê a criação de rotas diretas entre diversas capitais brasileiras e diferentes destinos da América do Norte. A previsão é de que este acordo seja implementado gradualmente até alcançar a situação conhecida como céus abertos, em 2015.

O Brasil também está em negociação para assinar acordo semelhante com a União Européia, o que deverá acontecer em junho próximo. Neste caso, o país já possui acordos bilaterais com 15 países europeus, ao passo que um acordo com a União Européia significa uma ampliação de acesso para os 27 membros do bloco europeu. Ambos os acordos restringem-se à aviação internacional de passageiros ou cargas, vetando o transporte aéreo entre dois pontos no Brasil, da mesma forma que as companhias brasileiras não poderão operar no âmbito interno dos demais países.

Diante deste contexto, o jornal *O Estado de S. Paulo* afirma que o país adquire condições para ampliar mais rapidamente o número de voos internacionais, suprimindo a demanda interna criada, e favorecendo os passageiros, dando-lhes mais opções e impulsionando uma redução de tarifas. No entanto, o jornal faz a ressalva de que a infraestrutura aeroportuária brasileira está defasada e precisa de um desenvolvimento mais rápido para acompanhar o aumento da demanda. Neste sentido, o *diário* avalia a criação da Secretaria de Aviação Civil, pelo governo Dilma Rousseff, como reflexo da disposição em enfrentar este problema.

### **Mercosul**

No dia 26 de março, o Mercosul comemorou 20 anos de existência. De acordo com o comunicado comemorativo divulgado pelos ministros de Relações Exteriores dos países membros, o Mercosul é a demonstração da



## Observatório de Política Externa Brasileira

capacidade conjunta dos quatro países de sobrepor as diferenças do passado a uma agenda compartilhada de valores e interesses comuns.

Na análise do jornal *O Estado de S. Paulo*, entretanto, esse projeto poderia ter sido muito mais do que foi, pois a condição formal de união aduaneira, caracterizada pela livre circulação de mercadorias e serviços entre os países, não é expressa na realidade. Desta maneira, constatando as poucas concretizações do acordo no campo comercial, o periódico argumenta que o bloco é ineficaz em cumprir o objetivo de estimular o crescimento da economia regional e, ainda, por obstaculizar seu fortalecimento nas negociações internacionais, uma vez que os países-membros não podem assinar acordos de livre comércio isoladamente.

A marcante diferença de interesses comerciais entre os sócios do Mercosul é, na visão do jornal, razão primária dos poucos acordos concluídos pelo bloco. Além das divergências entre os países-membros, que emperram as negociações externas, como o acordo com a União Européia em discussão há 10 anos, outro agravante que o diário constata é a insistência do governo argentino em recorrer a medidas protecionistas e, de igual maneira, a tolerância dos outros governos com tais decisões.

Assim, *O Estado de S. Paulo* avalia que, no aniversário de 20 anos do Mercosul, o bloco poderia ter trabalhado mais pela sua inserção no mercado internacional, pelo aumento da competitividade de seus sócios e, por não ter obtido esses êxitos, ainda precisaria justificar sua existência.

O diário faz referência, ainda que indireta, pois não cita o governo anterior, às atitudes condescendentes do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva que, muitas vezes, relevou as intransigências comerciais da Argentina. No entanto, é preciso lembrar que o atraso na evolução do bloco não se deve apenas à complacência brasileira; ela advém também da falta de cooperação intra-bloco, pois os países-membros não conseguem superar suas divergências políticas e seus diferentes estágios de desenvolvimento.

Apesar dos problemas, o Mercosul tem algumas razões para comemorar. Trata-se de uma iniciativa relativamente nova, que passou por



## Observatório de Política Externa Brasileira

várias crises, como a crise da Argentina, durante o fim da década de 1990, do Real, também no mesmo período, além de turbulências internacionais que tiveram algum efeito sobre as relações do bloco, como a crise mexicana, em 1995, e a russa, em 1998. Ainda assim, o Mercosul manteve-se unido e hoje apresenta perspectivas de crescimento, tanto no número sócios, com a possível entrada da Venezuela, quanto de parceiros comerciais, com a conclusão do tratado de comércio com a União Europeia.

### **Brasil na ONU: Líbia e Direitos Humanos**

No dia 7 de março, a representação do Brasil junto à sede europeia da ONU, em Genebra, recebeu, em almoço, a iraniana Shirin Ebadi, dissidente do governo de Mahmoud Ahmadinejad, exilada devido aos protestos contra os resultados das eleições de 2009. Segundo o jornal *O Estado de S. Paulo*, com esse gesto, o Brasil transpôs uma fronteira. O governo da presidente Dilma Rousseff já não anuncia apenas por palavras que se dissociou da complacência de Lula diante das atrocidades praticadas pelos regimes despóticos com os quais se aliou numa tentativa de demonstrar antiamericanismo. Com o convite à ativista para um encontro amistoso, na presença, entre outros, do embaixador dos Estados Unidos, a diplomacia brasileira indicou, no mínimo, a disposição de se inteirar das expectativas da oposição iraniana quanto às pressões que a comunidade internacional deve exercer sobre Teerã em defesa dos direitos elementares dos que erguem a voz contra o governo.

Ainda de acordo com o periódico, o endurecimento do regime iraniano representa um desafio e uma oportunidade para a diplomacia brasileira. O desafio é responder à altura, na ONU, à deterioração do quadro iraniano. E a oportunidade é a de mostrar que, efetivamente, o Brasil começa a se redimir, de ter apoiado tantos ditadores nos últimos anos. Entretanto, se por um lado o novo governo se distancia de seu antecessor no que diz respeito aos direitos humanos, por outro, a característica da política externa brasileira, posta em



## Observatório de Política Externa Brasileira

evidência no governo Lula de optar inicialmente sempre por uma resolução de conflitos baseada em negociações bi ou multilaterais parece ter sido mantida.

No dia 24 de março, o Brasil votou no Conselho de Direitos Humanos (CDH) da ONU a favor da proposta de envio de um relator independente para investigar a situação de direitos humanos no Irã. A embaixadora do Brasil no organismo, Maria Nazareth Farani Azevedo, declarou que o país está colocando um ponto final à prática de duplos padrões em seu discurso e manterá a coerência, caso outras nações não observem a moratória sobre a pena de morte.

Segundo a visão de todos os veículos de comunicação analisados, a decisão significa uma inflexão bem-vinda no posicionamento brasileiro dos últimos anos, tanto sob o governo Luiz Inácio Lula da Silva quanto sob o governo Fernando Henrique Cardoso. O país havia votado apenas uma vez (em 2003), na ONU, contra o regime dos aiatolás. O contraste é tanto mais perceptível sob a luz do histórico recente. Em junho de 2010, o Brasil proferiu um dos dois votos (entre 15) contra sanções ao Irã no CS-ONU, por conta de seu programa nuclear. No final do mesmo ano, absteve-se de condenar no CDH punições como o apedrejamento, a que foi sentenciada Sakineh Ashtiani, decisão depois criticada por Dilma.

Para a *Folha de S. Paulo*, o atual voto não significa, no entanto, que o Brasil tenha rompido com o regime de Mahmoud Ahmadinejad. O apoio a uma investigação especial sobre a situação dos direitos humanos no país persa se traduz obviamente em uma crítica, mas não chega a representar uma condenação expressa. A soberania iraniana não está sob ameaça, o que ajuda a explicar porque o Brasil não se absteve na votação sobre o país agora, como fez no Conselho de Segurança quanto ao ataque à Líbia. A visita de um relator da ONU, apesar de incômoda para iranianos, não impede novas negociações, como prefere a diplomacia brasileira.

Assim como a *Folha*, o *Correio Braziliense* e *O Estado de S. Paulo* analisaram a atitude como o primeiro grande ponto de discordância entre as diplomacias do governo Lula e a da atual presidente Dilma Rousseff, voltando a



## Observatório de Política Externa Brasileira

tomar partido em respeito à dignidade humana. Para o diário *Correio Braziliense*, o Brasil retomou sua tradição em posicionar-se em relação a temas internacionais polêmicos com base em critérios técnicos e não por viés político.

*O Estado de S. Paulo* recorda que o chanceler anterior, Celso Amorim, argumentava que as propostas de condenação a governos infratores da Declaração Universal dos Direitos Humanos além de inócuas, serviam a interesses políticos dos Estados Unidos e das potências ocidentais em geral. De acordo com o antigo posicionamento, o mais eficaz seria o diálogo discreto com os governos opressores.

O diário analisa que a visão anterior escondia a intenção de confrontar os Estados Unidos, ponto importante da diplomacia ao longo dos oito anos de governo Lula, e que teria aproximado o país dos regimes autoritários do Oriente Médio, África e Ásia. Em sua análise, o efeito da identificação do Brasil com ditadores e protoditadores teria pervertido a nova projeção alcançada do Brasil como uma das quatro grandes economias emergentes do mundo. Outro sinal levantado pelo diário é que tal atitude não influenciou na minimização do despotismo iraniano.

Por outro lado, o *Correio Braziliense* também avaliou que o voto não representa uma afronta à soberania iraniana ou à relação de amizade entre os países, mas manifesta justamente o anseio pela apuração das denúncias de violação de direitos humanos no Irã alertadas pela União Europeia, o que não deve afetar o empenho do Planalto na busca de uma solução pacífica para o impasse provocado pelo programa nuclear de Teerã. De igual maneira, *O Estado de S. Paulo* expõe que na opinião da embaixadora do Brasil no CDH, Maria Nazareth Farani Azevedo, o voto do país é a favor do sistema de direitos humanos da ONU e não contra o Irã.

Contudo, o voto não foi bem recebido pelos delegados do Irã, Argélia e Paquistão. Para o embaixador iraniano Mohmammad Reza Ghaebi, o comportamento do Brasil se assemelha ao de um país pequeno que se curva aos interesses dos Estados Unidos. Para jornal *O Estado de S. Paulo*, não há nada a se lamentar com a correção de rumos da política externa brasileira no



## Observatório de Política Externa Brasileira

assunto, pois esta consiste em dar a devida importância à temática humanitária no plano multilateral.

O *Correio Braziliense* argumenta que o debate internacional sobre o respeito aos direitos humanos carece de isenção, pois, freqüentemente, as denúncias postas em discussão na ONU são usadas para abalar politicamente determinado governo adversário em vez de zelar pela segurança de populações. Por isso, o jornal considera a atitude brasileira louvável e que contribuirá para eficácia do sistema internacional.

Entretanto, o periódico afirma que Rousseff precisa reafirmar a independência diplomática nacional e que ela o fará assim que tiver oportunidade de externar suas dúvidas sobre a situação dos direitos humanos nos Estados Unidos, por conta de acusações de tortura na penitenciária de Guantánamo, ou em Cuba, pela perseguição aos opositores do regime castrista, demonstrando o apreço pelas garantias individuais previstas na Carta da ONU.

No que se refere à crise na Líbia, no dia 22 de março, durante aula inaugural do curso de Relações Internacionais da Universidade de São Paulo, o chanceler brasileiro, Antonio Patriota, defendeu uma saída semelhante à oferecida ao Egito para o conflito na Líbia, ou seja, por meio de uma transição benigna. O diário, contudo, adverte que a solução egípcia não pode ser simplesmente transplantada para a Líbia, uma vez que, diferentemente de Mubarak, Kadafi conservou a lealdade de uma parcela ao menos da elite militar e dos chefes tribais, além de ter por base de sustentação o carisma que alimenta a fanática devoção dos seus seguidores, concedendo-lhe ainda a força hegemônica no país.

Em virtude desse contexto, *O Estado de S. Paulo* argumenta que, a menos que haja uma reviravolta muito grande, a obstinação de Kadafi esvazia a tese brasileira de transição benigna. No entanto, o periódico salienta que isso não desqualifica a posição brasileira, como princípio de Relações Internacionais. O compromisso do Brasil com a prevalência do diálogo sobre qualquer outra alternativa para a superação de contenciosos é antigo, assim



## Observatório de Política Externa Brasileira

como a relutância em aceitar a imposição de sanções contra Estados transgressores.

### Referências Bibliográficas:

- Carta Capital – Nós e o Mundo Especial: **Relações em banho-maria** – 16/03/2011, p. 30-31
- Correio Braziliense – Editorial: **Mudanças na política externa** – 27/03/2011
- Folha de S. Paulo – Editorial: **Lula, Dilma e Obama** – 14/03/2011
- Folha de S. Paulo – Editorial: **Operação simpatia** – 18/03/2011
- Folha de S. Paulo – Editorial: **Visita protocolar** – 22/03/2011
- Folha de S. Paulo – Editorial: **Mudança e coerência** – 25/03/2011
- O Estado de S. Paulo – Editorial: **O Brasil e os Direitos Humanos** – 06/03/2011
- O Estado de S. Paulo – Editorial: **Um almoço em Genebra** – 10/03/2011
- O Estado de S. Paulo – Editorial: **Esperando Obama** – 16/03/2011
- O Estado de S. Paulo – Editorial: **O novo diálogo Brasil-EUA** – 21/03/2011
- O Estado de S. Paulo – Editorial: **O relógio da crise andou** – 24/03/2011
- O Estado de S. Paulo – Editorial: **Página Virada** – 26/03/2010
- O Estado de S. Paulo – Editorial: **Novos acordos aéreos** – 27/03/2011
- O Estado de S. Paulo – Editorial: **Os 20 anos do Mercosul** – 29/03/2011
- Veja – **O Brasil de Ike a Obama** – 23/03/2011, p. 15